

Educacão Ceub faz passeata CORREIO BRAZILIENSE

17 MAR 1988

contra os aumentos

Cerca de 300 alunos do Ceub realizaram ontem passeata até o Ministério da Educação, com o objetivo de pressionar a revogação da portaria número 95.720, que permitiu a liberação dos preços das mensalidades escolares, através do regime de "liberdade vigiada". O ato de protesto, que não estava previsto pelas entidades estudantis, surgiu depois que os estudantes viram anunciados, nos murais da instituição, os novos valores do crédito educativo, elevando a mensalidade em cerca de 100 por cento.

Todas as aulas foram paralisadas e a direção da faculdade reuniu-se para discutir a reação dos estudantes, mas negou-se a receber a imprensa. Depois de percorrer parte da W/3 Norte e do Eixo Monumental, provocando engarrafamentos, os manifestantes tentaram audiência com o ministro Hugo Napoleão. Seu secretário particular, Sebastião Leal Júnior, informou que não havia disponibilidade

de tempo e explicou que a revogação da portaria ainda não estava assegurada, pois dependia de decisão do Ministério da Fazenda.

De acordo com o aluno Valmir Vítorio Filho, membro do Centro Acadêmico de História, desde o inicio do semestre há muitos estudantes cursando poucas disciplinas, pois não podem pagar a mensalidade referente a uma carga maior. Liliâne de Almeida Louzeiro, do curso de Psicologia, pagou Cz\$ 5 mil de matrícula e Cz\$ 7 mil e 600 de mensalidade em fevereiro, relativa a 25 créditos. Sua surpresa foi grande quando que terá que soube ontem desembolsar, neste mês, Cz\$ 13 mil e 600. Ela não tem renda própria e depende de auxílio da mãe.

Quem estuda Ciências, Psicologia ou Comunicação Social deixará de pagar Cz\$ 1 mil 751 por crédito, que já subiu para Cz\$ 3 mil 378. Para os demais cursos, estes valores são menores, pois não há os custos labo-

ratoriais. Nesses casos, o crédito que valia Cz\$ 1 mil 167 passa a custar Cz\$ 2 mil 252. Se muitos alunos estão temerosos, há aqueles que já se convenceram de que não poderão continuar estudando. Marizeth Albernaz é professora primária da FEDF, recebe Cz\$ 23 mil, tem despesas com três filhos e paga aluguel. Deveria gastar Cz\$ 24 mil e 500 com o Ceub, se não optasse pelo trancamento.

Para a presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito, Fátima Teresa, este novo aumento, "anunciado sem maiores explicações", pode tornar a instituição absolutamente inacessível. De dezembro a março, o crédito relativo ao curso de Direito sofreu uma elevação de Cz\$ 515 para Cz\$ 1 mil 167. O diretório entrou ontem com recurso junto aos Conselhos Estadual e Federal de Educação, exigindo a tomada de posição das autoridades da área contra o que consideram "aumentos extorsivos".